



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638537 - SP (2021/0001090-7)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
FERNANDO SOARES TOLOMEI - SP315005
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : MARCIO ANTONIO DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* impetrado em favor de MARCIO ANTONIO DA SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (*Habeas Corpus* n. 000185-71.2017.8.26.0154).

O paciente encontra-se submetido ao cumprimento de pena privativa de liberdade no regime fechado, pela prática de crime equiparado a hediondo.

A impetrante sustenta que o paciente é integrante do grupo de risco para a covid-19, uma vez que é acometido de hipertensão arterial e de bronquite asmática. Desse modo, defende a necessidade de colocá-lo em prisão domiciliar humanitária, a fim de protegê-lo a vida.

Requer, liminarmente, a concessão de liberdade provisória ou de prisão domiciliar humanitária ao paciente. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja confirmada a medida liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O deferimento de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, cabível apenas em hipóteses de patente ilegalidade, demonstrada de plano.

No que diz respeito à aplicação da Recomendação CNJ n. 62/2020, ressalte-se que o STJ firmou o entendimento de que a flexibilização da medida extrema não ocorre de forma automática (AgRg no HC n. 574.236/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, DJe de 11/5/2020; e HC n. 575.241/SP, relatora Ministra Laurita Vaz, DJe de 3/6/2020).

Para tanto, é necessária a demonstração de que o paciente preenche os seguintes requisitos: a) inequívoco enquadramento no grupo de vulneráveis à covid-19; b)

impossibilidade de receber tratamento no estabelecimento prisional em que se encontra; e c) exposição a mais risco de contaminação no estabelecimento prisional do que no ambiente social (AgRg no HC n. 561.993/PE, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 4/5/2020).

No caso, a parte impetrante não demonstrou a teratologia ou a flagrante ilegalidade do acórdão atacado, principalmente porque o relator na origem expôs o seguinte (fls. 77-79):

De outra parte, não há prova de seu enquadramento em alguma das situações de risco para contaminação pelo coronavírus (COVID-19). Não obstante seja portador de hipertensão arterial e bronquite asmática, o paciente vem sendo atendido pela equipe de saúde da unidade prisional e recebendo medicação prescrita regulamente (fls. 28).

Veja-se, a propósito, o seguinte precedente:

[...]

Não se vislumbra a existência de circunstância que pudesse justificar a adoção de medidas excepcionais previstas na Recomendação n.º 62/2020, do CNJ, sem olvidar que, tanto no âmbito federal (Portaria Interministerial n. 7, de 18/3/2020; Resolução 5/2020, do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária), como também na esfera estadual (Ofício SAP/GS 249/2020, recebido pelo Exmo. Sr. Corregedor Geral de Justiça), as autoridades responsáveis pela administração penitenciária vêm tomando as providências necessárias para a preservação da saúde da população carcerária.

[...]

6. Saliente-se, por último, que recente alteração na Recomendação 62 do CNJ nela incluiu o art. 5-A, expressamente excluindo a possibilidade do benefício da prisão domiciliar aos condenados por delitos hediondos, de organização criminosa, lavagem ou ocultação de bens ou valores, contra a administração pública ou que envolvam a prática de violência doméstica (Recomendação n. 78, de 15.9.2020), o que bem se alinha ao raciocínio acima desenvolvido, já que o paciente cumpre pena por tráfico de drogas (fls. 273/275 dos autos originais).

Não se verifica, portanto, em juízo sumário, o desrespeito à Recomendação CNJ n. 62/2020.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente